



A INSERÇÃO DA LITERATURA AFRICANA NA GRADE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE DO CONTO “O DIA EM QUE EXPLODIU MABATA-BATA”, DE MIA COUTO

Jéssica de Jesus Sousa Zeoli¹

Tamar Naline Shumiski²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo conhecer a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino da História e da Cultura Afrobrasileira nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira no ensino fundamental e médio, a fim de resgatar a identidade das crianças afrodescendentes por meio do estudo da literatura africana. Pretendo, também, analisar se essa lei está sendo cumprida, ainda que parcialmente, no Currículo Oficial de Língua Portuguesa do estado de São Paulo. Além disso, desejo discorrer sobre a vida do autor moçambicano Mia Couto e apresentar uma análise do seu conto “O dia em explodiu Mabata-bata” (1986), como sugestão de trabalho com obras literárias africanas na disciplina de Língua Portuguesa, retratando as características da cultura do povo africano. A metodologia utilizada será a da revisão bibliográfica. Espero com essa pesquisa analisar a inserção da literatura africana, nas aulas de Língua Portuguesa, a fim de possibilitar às crianças afrodescendentes reconhecerem sua identidade na cultura do povo africano.

Palavras-chave: Cultura, lei, crianças, afro-brasileira, Mia Couto.

INTRODUÇÃO

Sou afrodescendente, e o fato de possuir características do povo africano despertou minha curiosidade para conhecer mais sobre essa cultura, depois que tive ciência da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, nas aulas de Pesquisas e Práticas Educacionais, do Curso de Letras, porque, anteriormente, em sala de aula, nunca havia estudado sobre os africanos, sempre sobre os portugueses e ingleses nas aulas de literatura no ensino médio. Mesmo sendo tão diversificado, acredito que o Brasil tem mais vínculo cultural com a África do que com os outros países, devido aos nossos costumes, à cor da nossa pele, à nossa língua, às nossas tradições,

¹ Graduanda do 1º ano de Letras, do Centro Universitário de Jales (UNIJALES); Graduada em Tecnologia do Agronegócio, pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC); Professora auxiliar de Língua Portuguesa do Programa Mas Educação, na Escola Estadual José Joaquim dos Santos – Três Fronteiras/SP.

² Mestranda em Educação na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Coordenadora do Curso de Letras do Centro Universitário de Jales (UNIJALES), professora nos Cursos de Letras, Artes Visuais e História da UNIJALES.



porém não assumimos essa identidade, muitas vezes temos vergonha dela, por causa do preconceito que o povo africano e seus afrodescendentes sofreram e ainda vêm sofrendo.

Guimarães (2004) confirma a ideia desse sofrimento da raça negra com o surgimento do racismo no cenário da política brasileira, já que depois da abolição da escravatura a luta era maior em favor da igualdade política e formal entre todos os brasileiros e os africanos escravizados. Porém, antes dessa confirmação, ele citou que “as relações raciais e o racismo no Brasil deve-se a uma problemática social europeia e norte-americana, já largamente superada a partir dos anos 70, mas ainda dominante no Brasil” (GUIMARÃES, 1995, p.27).

Felizmente, ao longo do tempo, novas alternativas foram conquistadas, a fim de acabar com esse preconceito, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, do Ministério de Educação e Cultura, garantem que todos os alunos conheçam a cultura africana através da Arte, Literatura e História. Essa medida é executada através da incorporação do ensino da cultura africana nas grades curriculares do ensino fundamental e médio, por meio da Lei 10.639, já citada anteriormente.

Segundo a educadora Andrade (2005), no Brasil, temos vários escritores que tratam do tema preconceito contra os afrodescendentes, por exemplo, Ana Maria Machado, a maior colaboradora; Joel Rufino dos Santos, Ruth Rocha, Alaíde Lisboa de Oliveira, Giselda Laporta Nicolelis, Mirna Pinsky, Isa Silveira Leal, Margarida Ottoni, Ronaldo Simões Coelho, Lúcia Pimentel Góes, Tenê e Rogério Andrade Barbosa entre outros, cujas obras podem ser utilizadas para trabalhar o tema preconceito e cultura africana, principalmente nas aulas de Língua Portuguesa. Porém, escolhi o autor moçambicano Mia Couto, suas obras são fascinantes e têm grande valor cultural para enriquecer o currículo escolar dos alunos, porque descrevem momentos históricos e particularidades do povo de Moçambique. Podemos encontrar essas informações no conto “O dia em que explodiu Mabata-bata”, o respeito que o personagem tem com a avó, a aparição mística da ave Ndlati, uma ave de relâmpago que desaparecia com as pessoas e o momento de guerra que Moçambique enfrentava.

Esse país se assemelha muito ao Brasil, quanto à luta contra a colonização de Portugal, ao sofrimento de seu povo tentando defender suas raízes, ao uso da língua portuguesa para comunicação; todos esses aspectos reforçam o vínculo do povo brasileiro com o moçambicano. Portanto, espero, por meio desse estudo, conhecer melhor a Lei 10.639, pesquisar sobre a vida e obra do autor moçambicano Mia Couto, identificando no conto “O dia em que explodiu



Mabata-bata” a cultura do povo africano, além de localizar no Currículo Oficial de Língua Portuguesa do estado de São Paulo autores africanos, em cumprimento à lei. Para isso usarei referências bibliográficas sobre esse assunto retiradas no site da *SciELO*, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e no *site* <http://www.planalto.gov.br>, que traz a legislação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei 10.639.

Esta pesquisa parte da seguinte questão central: Como os alunos afrobrasileiros têm sido representados nas aulas de Língua Portuguesa, especificamente nas de Literatura? A seguir se apresentam outros questionamentos: As exigências da Lei 10.639 têm sido atendidas no Currículo Oficial de Língua Portuguesa do estado de São Paulo? Quem é Mia Couto? Quais as contribuições de sua obra para o resgate da identidade dos afrodescendentes?

Revisão Bibliográfica

Os atos de preconceito racial ainda são um problema no Brasil. Desde o século XIX, o objetivo dos militantes era transformar o país em uma nação europeizada, mas com a crescente desigualdade social e racial isso não foi possível. Porém, depois da metade da década de 1950, o sociólogo e político Florestan Fernandes foi um dos principais intelectuais que denunciou a existência de desigualdades raciais no Brasil, refutando a camuflada ideia de democracia racial³ (PEREIRA, 2017).

Além de Fernandes, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, em agosto de 1950, escreveu uma tese ao primeiro Congresso do negro brasileiro, propondo à Organização das Nações Unidas para a Ciência, Cultura e Educação (UNESCO) um encontro com o propósito de discutir a adesão de medidas de combate ao racismo. Proposta essa que buscava inserir a inteligência negra brasileira na discussão internacional sobre formas de enfrentamento da discriminação racial, colocando os negros e mulatos em uma posição valorativa a sua raça (GUERREIRO, 1982).

Estes sociólogos buscavam o que muitos negros vinham tentando desde a abolição da escravidão, o reconhecimento de sua raça diante da sociedade com seus direitos garantidos. Uma das ações do movimento negro na luta contra o racismo e contra a europeização no Brasil foi a conquista da legislação vigente, a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que de acordo com o artigo 26-A torna obrigatório que os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, introduzam o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas disciplinas de

³ A democracia racial no Brasil é considerada como mito, porque os poderes públicos visavam europeizar a população propondo aos negros e mestiços que abandonassem suas raízes para serem vistos na sociedade com igualdade e dizendo que não existia preconceito racial (PEREIRA, 2017).



Educação Artística, Literatura e História Brasileira. Após ser sancionada, foram elaboradas e publicadas, em 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, cuja relatora foi uma intelectual negra indicada pelo movimento para compor o Conselho Nacional de Educação (CNE), entre 2002 e 2006, a professora doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (PEREIRA, 2017).

Com relação à diversidade étnico-racial, assim afirmam os PCN (1997):

[...] Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.

Já Bratkowski (2014) relata que os professores contestam trabalhar com conteúdos ligados à cultura africana e preconceito, alegando falta de especialização e material didático. Realmente é escassa a disponibilidade de material com conteúdo da cultura africana, há poucos livros didáticos que abordam esse assunto. Embora não haja o reconhecimento da proximidade da cultura africana com a brasileira é necessário inseri-la nos currículos escolares, garantindo o estreitamento entre elas. As características do povo brasileiro representam tal proximidade e a necessidade de explorar essa descendência, por isso, com a nova lei, os autores de livros didáticos e as editoras têm o dever de introduzir neles essa literatura, facilitando o trabalho dos professores em sala de aula.

Silvério (2002, p. 242) também aponta que:

[...] o combate à pobreza no Brasil passa necessariamente pela manutenção da criança e do jovem negro na escola. Mas em uma escola de qualidade que consiga transmitir, sem mistificação e de forma mais equânime para todos, a contribuição de cada raça, de cada etnia na formação sociocultural brasileira. A construção de um tal processo escolar depende de uma política educacional que considere, entre outras, duas condições básicas: a inclusão imediata dos jovens negros nas universidades por meio de programas de ação afirmativa e a reformulação curricular da formação de professores a partir de parâmetros multiculturais. Dessa forma acredito que o combate ao racismo institucional e às discriminações inscritas em nossas relações sociais terão maior eficácia.

Apesar dessa necessidade, compreendo que as exigências legais vão demorar a serem cumpridas, até que se criem novos métodos relacionados ao ato de ensinar, impactando nos resultados em sala de aula, porque se a matéria não for bem preparada com diversificação e classificação de material de qualidade, qualquer detalhe pode ser alvo de atitudes racistas entre



os alunos. “Ou seja, a efetividade da lei se dá no contato, na interação entre discursos conflitantes, quando processos simbólicos podem ser desestabilizados e podem colocar em jogo práticas racistas naturalizadas no campo da educação.” (OLIVEIRA, 2017, p.187).

Novas propostas com autores africanos já foram implantadas no material didático nas escolas, conforme podemos analisar no Caderno do Professor de Língua Portuguesa e Literatura para o Ensino Médio, do Currículo Oficial de Língua Portuguesa do estado de São Paulo⁴:

Visitamos agora o presente da literatura em língua portuguesa. Para isso, não pensamos na literatura brasileira, mas na angolana, que surge no século XX e que se firma crescentemente no cenário internacional. Um bom exemplo é o nome de Paula Tavares. Nela confluem não só a poesia de um país africano, mas a voz feminina, outra realidade bem diferente daquela vivida no século XIX. A entrevista com a autora, retirada de um site, possibilita que se desenvolvam estratégias de sequencialização dos parágrafos e de uso dos conectores e da repetição. (SEE/SP, 2010, Caderno do Professor, 2ª série, Ensino médio).

Isto representa o início do cumprimento da lei, porém, a meu ver, além da valorização da literatura africana, a leitura de textos e o desenvolvimento de atividades sobre o preconceito racial são essenciais para que as crianças formem suas opiniões contra o racismo, e tomem consciência de que atitudes racistas são consideradas crime, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, decreto que aplica punição aos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo históricocultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros. Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas duas últimas décadas. A criança negra era ilustrada e descrita através de estereótipos inferiorizantes e excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirigia apenas ao público majoritário nele representado, constituído por crianças brancas e de classe média (SILVA, 2005, p. 23).

Esse aspecto, no meu entendimento, precisa mudar, começando pelos autores de livros e, em seguida, os professores precisam ter mais cuidado na escolha desse conteúdo, é fundamental que tragam os afrodescendentes nos livros representados, além dos brancos, a fim de que a ideia de igualdade seja construída e não haja necessidade de se discutir preconceito.

⁴ O Currículo Oficial do estado de São Paulo, para todas as disciplinas do ensino fundamental e médio, foi implementado em 2010, tendo início em 2008, como Proposta Curricular. Seu objetivo é apoiar as escolas públicas estaduais do estado de São Paulo. Disponível em <http://www.educacao.sp.gov.br/curriculo> Acesso em 28 jul. 2017.



A familiaridade de Moçambique com o Brasil

Assim como o Brasil, Moçambique também foi colonizado pelos portugueses em 1930, essa colonização se deu por dois motivos: consentimento passivo do povo moçambicano por meio da repressão sistemática dos exércitos portugueses e pelo consentimento de adesão fria, que originou a aceitação das pessoas com mais discernimento, por meio da introdução do programa Missão-escola, por isso são tão familiares até a língua oficial é igual, a portuguesa (NASCIMENTO, 1985).

A familiaridade desses três países pode ser confirmada no seguinte trecho:

Na realidade Portugal, Moçambique, Brasil... eu ligo muito à ideia de nação portuguesa. À ideia do que está agregado à própria diáspora. Eu vejo muito como uma grande nação, tipo... não existem os judeus? não é? Aí seriam os portugueses: uma grande nação, com todos esses tentáculos. Isso é ao que eu dou valor. (SILVANO, 2015, p.106).

Portanto, é importante mostrar para as crianças que o Brasil é bem parecido com Moçambique, que também foi um país colonizado por Portugal e que seus nativos sofreram tanto quanto os índios brasileiros, os portugueses extinguíram seus costumes obrigando-os, de maneira agressiva, a aderirem a sua cultura e serem seus subordinados, já que essa hegemonia estabelecia seu poder camuflado, por meio do racismo, sobre os negros. (SILVANO, 2015).

Mia Couto: a literatura moçambicana em poesia e verso

Ao pesquisar sobre Moçambique, encontrei um autor que despertou ainda mais meu interesse em conhecer sobre essa cultura, agora por meio da literatura, um dos nomes mais comentados da atualidade, António Emílio Leite Couto, conhecido como Mia Couto, nascido na cidade Beira, Moçambique, no dia 5 de julho em 1955, filho de emigrantes portugueses. “Colaborou com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e, após a Independência Nacional, dedicou-se a atividades jornalísticas. Além de escritor e professor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), é formado em Biologia e dirige uma empresa que faz estudos de impacto ambiental” (BRATKOWSKI, 2014, p.206).

Mia Couto é um autor que escreve e descreve as raízes do mundo e a relação da natureza humana com a terra. A sua linguagem é abundante quanto a figuras de linguagem e neologismos, tem percepção aguçada pela beleza das coisas pelo seu lado interior. Utiliza tão bem as palavras que as imagens são criadas espontaneamente na cabeça de seu leitor, transportando-o a um mundo de fantasia, que também é comparado com a realidade do mundo. Foi eleito em 1998 para ser membro da Academia Brasileira de Letras e sócio correspondente,



ocupando o sexto lugar na cadeira nº 5, que tem por patrono Dom Francisco de Sousa (BRATKOWSKI, 2014).

Segundo Garcia (2010), hoje é o autor moçambicano mais traduzido e divulgado no exterior e um dos autores estrangeiros com obras mais vendidas em Portugal. As suas obras são traduzidas e publicadas em 24 países, e várias delas têm sido adaptadas ao teatro e cinema. Tem recebido vários prêmios nacionais e internacionais, por vários dos seus livros e pela coleção de sua obra literária. Está equiparado aos grandes autores Gabriel Garcia Márquez e Guimarães Rosa. Seu romance *Terra sonâmbula* é apontado como um dos melhores livros africanos do século XX. Recebeu várias premiações pelo seu conjunto de obras, como o prêmio Vergílio Ferreira (1999) e União Latina de Literaturas Românicas (2007). O moçambicano ressalta a diversidade racial do continente africano e afirma que a mistura das culturas molda um aglomerado de particularidades que são o verdadeiro tesouro patrimonial do continente.

Em seu diálogo com o leitor, Mia está sempre a fazer uma crítica, por exemplo, quando pergunta: “Que África escreve o escritor africano?” (COUTO, 2005, p. 53). Ele responde esclarecendo que o escritor pode ter outros compromissos, descansar, viajar, que não precisa escrever somente sobre sua etnia, deve estar livre para conhecer outras culturas, observar outras maneiras de viver, e assim descrever tudo que viu e viveu, por onde passou, despreendendo-se da África, de sua nacionalidade (COUTO, 2005).

Relata ainda que a África não pode ser sintetizada a uma identidade simples, fácil de entender e de restringir. Esse continente é o fruto de diversidades, das diferenças de vários povos, porque não existe unificação na raça humana, existe muita mistura com o desenvolvimento da espécie. O aspecto restrito de que os africanos são legítimos é uma das causas que explica porque a literatura produzida na África não se disseminou pelo mundo. A literatura está conectada com o moderno, e quando o próprio povo africano insiste em manter o tradicional, perde a identidade, limita o campo de abrangência da cultura, tornando-a estagnada diante do que acontece no mundo (COUTO, 2005). Sendo assim, no meu entendimento, literatura é arte e ela é livre, sem preconceito e sem barreiras, e tem a função de compartilhar o conhecimento conectando o mundo.

Mia Couto defende essa ideia de liberdade, e afirma que todo autor precisa ser livre, independente de onde vive. Sua vida literária começou com seu ingresso na literatura através da poesia, com a obra *Raiz de orvalho*, em 1893, mas foi na prosa que desenvolveu seus maiores



trabalhos *Vozes anoitecidas* (1986) e *Cada homem é uma raça* (1990). Seu primeiro romance foi *Terra Sonâmbula*, publicado em 1992 (BRATKOWSKI, 2014), conforme já citado.

Em entrevistas, Couto relata que seu trabalho foi influenciado por Luandino Vieira, autor angolano, e mediante deste conheceu a obra de Guimarães Rosa, além destes foi inspirado por Adélia Prado, Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, entre outros. Além desses autores, ele conta que sua geração foi instigada por alguns músicos brasileiros, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Milton Nascimento. Com base nessas declarações, nota-se a ligação dele com o Brasil, o que prova que cultura não tem fronteira. A poesia apesar de estar nas “entrelinhas” de suas prosas nunca deixou de estar presente. Mia assume que suas obras estão sempre sobre o olhar poético, as histórias são narradas por meio do uso dela, pois há coisas que só podem ser vistas pela poesia. (PRADO, 2011).

Suas obras, mesmo sendo escritas em língua portuguesa, não eliminam o vocabulário africano, cujos significados são esclarecidos no rodapé ou em um glossário ao final do livro. Essa mistura promove ao leitor mais conhecimento, porque enriquece seu vocabulário e o leva a viver as histórias como se fossem reais. (FERREIRA, 2016).

A presença da oralidade também contribui para esse surrealismo, já que as palavras é que são encarregadas de disseminar a cultura africana, mantendo vivas as tradições de seu povo. É através delas que ocorrerão as transformações para tornar o futuro melhor (PADILHA, 2002).

Análise do conto de Mia Couto: O dia em que explodiu Mabata-bata

O conto “O dia em que explodiu Mabata-bata” é uma mistura de fantasia mística com a dura realidade da guerra civil que aconteceu em Moçambique no ano de 1977, após sua independência em 1975. A história está baseada na esperança de um futuro melhor, sem guerras, desigualdades e a educação é o caminho dessa esperança. (SILVANO, 2015).

O enredo do conto trata de um pequeno pastor chamado Azarias, menino criado pelo tio que o maltratava e o limitava a uma vida dura, sem direito de frequentar a escola sua vida era dedicada somente ao trabalho. Cansado de tanto ser humilhado decide fugir, porém, como sua cidade estava em tempos de guerra, a fazenda estava cheia de minas explosivas, e no dia da fuga de Azarias, o melhor boi chamado Mabata-bata pisou em uma mina e explodiu, mas eles acreditavam que o animal tinha sido levado por Ndlati, a ave de relâmpago que assombrava todos da região. O tio muito furioso sai à procura do menino, pois tinha que trazer os bois que



ficaram assustados e fugiram para a mata. O mesmo leva um susto com a presença da mãe Ana Carolina em meio à escuridão, e enquanto discutiam ouviram um barulho era Azarias. A senhora pede que o menino volte com ela para casa, prometendo-lhe conceder um pedido, então ele pediu que pudesse estudar na parte da tarde, e para resolver aquele problema, o tio fingindo disse que aceitava a condição fazendo-o acreditar em sua palavra. Mas a ave relâmpago Ndlati apareceu e levou Azarias, pois ele não precisava de mais uma decepção na vida, tinha acreditado de verdade na promessa do tio, em realizar seu sonho de estudar. (SILVANO, 2015).

No meu entendimento, o uso da imaginação é um recurso marcante nas obras de Couto, como no seguinte fragmento, que o autor utiliza a fantasia para caracterizar acontecimentos da realidade: “O pequeno pastor engoliu aquele todo vermelho, era o grito do fogo estourando. Nas migalhas da noite viu descer o ndlati, a ave do relâmpago” (COUTO, 2013, p.16). E assim, [...] “articula-se o entendimento de que os imaginários são construções sociais e, portanto, históricas e datadas, que guardam as suas especificidades, assumem configurações e sentidos diferentes ao longo do tempo e através do espaço” (PESAVENTO, 2006, p.13).

Outro aspecto importante do texto é a marca da obra de Mia Couto, na literatura, de descrever sons e características do fenômeno natural das águas. O uso dos recursos da natureza possibilita que suas obras transitem entre as verdades dos sonhos e das lembranças imaginárias. (FERREIRA et al, 2016). O trecho a seguir exemplifica essa característica com o uso da prosopopeia: “Não era o rio que afundava suas palavras: era um fruto vazando de ouvidos, dores e cores. Em volta tudo fechava, mesmo o rio suicidava sua água, o mundo embrulhava o chão nos fumos brancos.” (COUTO, 2013, p.16).

As tradições da cultura moçambicana

O conto de Mia Couto revela as tradições africanas e seus ensinamentos, pois Azarias só saiu da escuridão depois que avó Carolina o chamou, demonstrando o respeito pelos mais velhos. A frase do poeta Amadou Hampaté-Bâ do Mali⁵, “Quando morre um africano idoso é como se queimasse uma biblioteca” também resume a importância das pessoas mais velhas na África, pois a experiência vivida por cada uma delas é que constitui os ensinamentos e os costumes de toda uma nação, sua sabedoria é valiosa para a sobrevivência da cultura. Podemos

⁵ Amadou Hampaté-Bâ é um escritor malinês, mestre da tradição oral africana. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1609200312.htm>.



analisar esse ato de respeito no trecho do texto: “Anda, meu filho, só vens comigo. Não tens culpa do boi que morreu. Anda ajudar o teu tio juntar animais”. (COUTO, 2013, p.15).

Sendo assim, os idosos caracterizam-se como conservadores da memória e tudo o que é contado por eles deve ser absorvido pelos mais jovens. Assim, o idoso é ícone de autoridade e seu lugar está na categoria social de transferir a sabedoria e imortalizar sua cultura. (DIAS, 2014).

De acordo com Ferreira et al. (2006), o conto relata não só os acontecimentos históricos da guerra da independência de Moçambique, mas também intensifica o sofrimento das pessoas e dos animais. Mia Couto declara sua posição na obra, porque está sempre defendendo causas sociais, expondo os mártires do povo moçambicano, os sonhos e esperanças que foram esmagadas por sua cruel realidade. O posicionamento do autor quanto às relações sociais é fundamental para desenvolver sua obra, porque a literatura é o resultado do que está acontecendo com a sociedade. O conto traz de forma lírica e leve o contexto no qual a sociedade vivia com seus costumes, sua cultura, sua realidade, sua identidade, caracterizando o povo moçambicano.

A importância da educação na vida das crianças

Quanto aos temas sociais tratados no conto, a meu ver, é indispensável observar a falta que Azarias sente de frequentar a escola, com isso o autor indica a importância da educação na vida das crianças, e que sem ela não há esperança. Conforme a Lei 8069/90, artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criada em 13 de julho de 1990 no Brasil, “toda criança e adolescente tem o direito à educação gratuita, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Antes de o ECA ser criado no Brasil, já tinha sido criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, como parte do tratado de Versalhes, que pôs fim a Segunda Guerra Mundial. Ela elaborou acordos e recomendações que vieram sendo publicadas a fim de estabelecer a idade mínima para o ingresso de crianças ao mercado de trabalho. A própria OIT defende que indivíduos até os 18 anos são classificados no grupo infantil relacionado à legislação trabalhista. Com suporte da OIT, do ECA e das políticas públicas desenvolvidas a favor da formação de cidadãos capacitados a engajarem na sociedade, pode-se garantir a educação da criança, protegendo-a dos problemas do mundo adulto. Assim, a aproximação com a escola permite a formação de cidadãos com orientação correta de comportamento, postura,



boas maneira e interessados sempre em buscar o conhecimento, isso desencadeia a institucionalização e escolarização da infância (HORN, 2017).

O acesso à educação é um benefício que toda criança e adolescente deveria ter em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em 10 de dezembro de 1948, representada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que declara no Art. 26-1”que todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito”.

Equiparada com a UNESCO, a Declaração Universal dos Direitos da Criança pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), criada em 20 de novembro de 1959, e ratificada pelo Brasil; através do art. 84, inciso XXI, da Constituição determina:

Que a criança tenha direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita - em condições de igualdade de oportunidades - desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade [...].

O estado de Moçambique em 1948 e 1959 data que foram criadas estas declarações, estava de acordo com elas, porém o moçambicano António Cipriano Parafino Gonçalves, em 22 de novembro 2008, publicou em seu *blog* que:

Examinando a legislação moçambicana, principalmente, a que foi promulgada após a reorganização política e econômica do Estado, o que se pode verificar é a omissão do Estado no que diz respeito ao seu dever de oferta bem como à gratuidade da educação básica. Tomando como exemplo a Lei educacional 6/92 de 6 de Maio, que alterou a Lei 4/83 de 23 Março, nela, é afirmado que o Estado moçambicano apenas organiza e promove o ensino, como parte integrante da ação educativa, nos termos definidos na Constituição da República, qual seja, a de 1990 (Boletim da República, 1992, art. 1)[...].

Por isso, no meu entendimento, nem sempre as crianças dessa nação terão acesso à educação, porque diante dessa omissão do Estado [...] os pobres ficam sem a escola, seja por falta de vagas seja por indisponibilidade de arcarem com as matrículas, o pagamento de folhas para as provas, e compra do livro escolar que, mais é vendido do que distribuído (GONÇALVES, 2008).



Considerações finais

Com essa lei, acredito que as gerações futuras sentirão orgulho de sua descendência pois com a inserção da cultura africana nos conteúdos aplicados nas aulas de Língua Portuguesa, os alunos, principalmente as crianças afrobrasileiras, passarão a se ver representadas por meio dos textos africanos.

O conto de Mia Couto, “O dia em explodiu Mabata-bata”, possibilita conhecer um pouco da história de Moçambique, sua cultura e a familiaridade com o Brasil. Esse autor demonstra, em suas obras, uma literatura rica em informações sobre sua cultura e seus costumes, da fidedigna responsabilidade não só de um crítico, mas também de um transmissor da verdade e da realidade de seu povo.

O fato de o Currículo Oficial de Língua Portuguesa do estado de São Paulo atender, desde 2008, à Lei 10.639, ainda que de forma elementar, representa um avanço para a abertura de espaços de discussão sobre as questões ligadas à cultura africana e ao preconceito cristalizado e velado existente no Brasil.

A meu ver, o reconhecimento da diversidade étnico-racial em sala de aula promove o respeito e a aceitação das características do negro, seu cabelo duro, a cor escura, que não passam de traços fisiológicos de uma nação batalhadora, forte e de grande valor para a história do Brasil.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, I. P. de Andrade. Construindo a auto-estima da criança negra. In: SILVA, A. C. da Silva. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> Acesso em 26 jul. 2017.

_____. *Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 18 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Brasília: MEC, 1997.



BRATKOWSKI, R. Bianca. Mia Couto e sua maneira de emendar, apagar e enfeitar a vida através da literatura. *Nau Literária: crítica e teoria de literaturas*. Porto Alegre, vol. 10, n. 01, jan/jun 2014.

COUTO, Mia. O dia em que explodiu Mabata-bata. In *A menina sem palavra Histórias de Mia Couto*. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/33006.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

_____. *Pensatempos*. Textos de opinião. 2. ed. Lisboa: Caminho, 2005.

DIAS, Maria. Um olhar sobre a velhice em “Sangue da Avó manchando a alcatifa” de Mia Couto. In: *Editora Realize*. Paraíba: Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, p-1, 2014.

FERREIRA, P.H.N.P.P; OLIVEIRA, J.H.C. de.; ROCHA, G. da.; CASTRO, A. da. S. O dia em que explodiu Mabata-bata: a identidade cultural na literatura moçambicana de Mia Couto. In: II Congresso internacional de Linguística e Filosofia e XX Congresso nacional de Linguística e Filosofia. *Cadernos do CNLF*, vol. XX, nº 08, 2016 (p.385-386).

GARCIA, Flavio. Questões de identidade em artigos de opinião do moçambicano Mia Couto. In *Nonada: Letras em Revista*. Porto Alegre: Centro Universitário Ritter dos Reis, v.1, nº 15, 2010 (p.89-101).

GONÇALVES, António Cipriano Parafino. *O direito à educação básica e a omissão do Estado Moçambicano*. Belo Horizonte, 22 nov. 2008. Disponível em:< <http://bantulandia.blogspot.com.br/2008/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

GUERREIRO, Ramos. Unesco e as relações de raça. In: NASCIMENTO, A. *O negro revoltado*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GUIMARÃES, A. S. Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de antropologia*. São Paulo: USP, v. 47 nº1, 2004 (p.10-43).

_____. Racismo e Anti-racismo no Brasil. *Revista Novos Estudos - CEBRAP*. São Paulo. n.º 43, 1995 (p. 26-44).



HORN, I. Claudia; FABRIS, E. Henn. Registro Docente Contemporâneo: infância e docência em tempos digitais. In: *Revista Educação e Realidade*. Mar 27, 2017.

NASCIMENTO, Elimar. O processo de “colonização” em Moçambique. In: *Revista Política e Trabalho*. João Pessoa: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I- Bloco V Cidade Universitária, v. 1, ed. 4, 1985 (p.17-26).

OLIVEIRA, Míria Gomes de. Educação Étnico-Racial e Formação Inicial de Professores: a recepção da Lei 10.639/03. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 183-196, jan./mar. 2017.

PADILHA, Laura Cavalcante. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-lusobrasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PEREIRA, A. Amilcar; ARAÚJO, Marta. Raça, História e Educação no Brasil e em Portugal: desafios e perspectivas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 139-160, jan./mar. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). *História e literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: Edufu, 2006.

PRADO, Ricardo. *Personagem em busca de um autor*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/carta-na-escola/personagem-em-busca-de-um-autor>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

REVISTA BIOGRAFIA. *Entrevista com Mia Couto*, por Daniel Mello. Disponível em: <<http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2012/11/mia-coutoprofessorbiologopoeta-e.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. *Currículo Oficial de Língua Portuguesa do Estado de São Paulo*. Linguagens, Códigos e suas tecnologias. (Ensino Médio). São Paulo, 2011.

_____. *Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: caderno do professor, Língua Portuguesa, ensino médio, 1ª série / Coordenação geral: Maria Inês Fini*. São Paulo: SE, 2014.

_____. *Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: caderno do professor, Língua Portuguesa, ensino médio, 2ª série / Coordenação geral: Maria Inês Fini*. São Paulo: SE, 2014.



_____. *Material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: caderno do professor, Língua Portuguesa, ensino médio, 3ª série* / Coordenação geral: Maria Inês Fini. São Paulo: SE, 2014.

SILVA, A. C. da Silva. *Superando o racismo na escola*. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVANO, Filomena; ROSALES, V. Marta. “Na realidade, Portugal, Moçambique, Brasil...”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 105-127, jan./jun. 2015.

SILVÉRIO, Valter Rogério. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos das Crianças. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf Acesso em 26 jul. 2017.